

A REPRESENTAÇÃO DAS PESSOAS NEGRAS EM “MENINO DE ENGENHO”

Waldeci Ferreira Chagas – UEPB - Guarabira
Damião Cavalcante do Nascimento - UFPB

Mesmo depois da escravidão as pessoas negras continuaram excluídas da sociedade, pois permaneceram sendo reconhecidas como simples instrumentos de trabalho. No entanto, não desistiram e resistiram através dos vários artifícios e se assumiram agentes, ou seja, sujeitos históricos.

No livro, “Menino de engenho”, o escritor paraibano José Lins do Rego trata da trajetória das pessoas negras pós-abolição, um período em que o Brasil passou por transformações econômicas, o que está associado à industrialização, e expansão do capitalismo industrial. Em meio a essa realidade as pessoas negras foram colocadas à margem, pois não foram reconhecidas como intelectualmente capazes de colaborar com a nova ordem econômica do país, por isso, não foram inseridas na indústria nascente como mão-de-obra assalariada. Isso ocorreu porque os dirigentes brancos da sociedade tinham a compreensão das pessoas negras como inferiores, portanto, incapazes de serem inseridas no processo produtivo via industrialização.

Em meio a esse contexto analisamos como José Lins do Rego no romance “Menino de engenho” retratou essas pessoas. No percurso que fazemos por entre as tramas nos preocupamos em entender a sociedade, e como ela agia com relação às tais pessoas. Nossa fonte de pesquisa é a literatura e através dela buscamos entender como uma determinada época, e as tramas que nela foram tecidas são dadas a ler. Trata-se, portanto, conforme afirma Chartier de um,

{...} mundo de práticas que podemos unicamente ver de uma maneira particularmente parcial, limitada, obscura, e que este mundo de experiências, de crenças, de representações, de emoções, para nós, qualquer que seja a maneira de nos aproximarmos dele, é um mundo de opacidade, um mundo de distanciamento e, desta maneira, nos sugere uma prudência. Ao mesmo tempo resiste por outra razão: é que se é um mundo de práticas, para nós esse mundo de práticas se transforma em um mundo de cartas, em um mundo de papel, em um mundo de escrita, e há uma antinomia insuperável (CHARTIER, 1999, p. 213).

De certo modo, (REGO, 2003), no romance “Menino de engenho” constrói a representação de uma época, dos fatos e dos personagens neles envolvidos, e assim possibilita ao (a) leitor (a) conhecer o Brasil rural e a condição das pessoas negras na sociedade pós-abolição.

A chegada ao engenho significou para o menino Carlinhos a abertura de um mundo novo, sobretudo, porque fora criado na cidade até os cinco anos de idade, e não conhecia a vida no campo. De imediato quando chegou ao engenho Santa Rosa, a primeira reação de Carlinhos foi brincar com os moleques, pois encontrara a sua frente um mundo que desconhecia. Nas brincadeiras com os moleques começou a notar as “diferenças” entre ele o neto do Senhor de engenho e as demais crianças que ali viviam, ou a diferença do menino branco em relação aos meninos negros. A vivência no engenho e o contato que manteve com os adultos e as crianças negras possibilitaram a

Carlinhos (REGO, 2003) “revisitar” homens, mulheres e crianças negras. Pois todos continuaram morando e trabalhando no engenho. Assim os meninos com quem Carlinhos passou a conviver trabalhavam, faziam alguma atividade rentável e importante à manutenção do engenho, quer fosse às atividades agrícolas, quer as que envolviam o cuidado com os gados, a exemplo de carregar o leite tirado das vacas.

No desenrolar da narrativa, (REGO, 2003) mostra que o cotidiano do engenho, foi transformado com a movimentação das máquinas. Esse processo ocorreu após a escravidão, e foi decorrente da industrialização que atingiram o mundo rural. Quando Carlinhos chegou ao engenho à moagem já estava no fim, pois só restavam poucos fechos de cana para serem moídos. Mesmo assim entrara em contato com o mundo do trabalho das pessoas negras, visto que o seu tio o levava para ver como era que se trabalhava na produção do açúcar, conforme exposto no trecho abaixo:

[...] Ficava a fábrica bem perto da casa-grande. Um enorme edifício de telhado baixo, com quatro biqueiras e um bueiro branco, a boca cortada em diagonal. Não sei por que os meninos gostavam tanto das máquinas. Minha atenção inteira foi para o mecanismo do engenho. Não reparei mais em nada. Voltei-me inteiro para a máquina para as duas bolas giratórias do regulador. Depois comecei a ver os picadeiros atulhados de feixes de cana, o pessoal da casa de caldeiras. Tio Juca começou a me mostrar como se fazia o açúcar (REGO, 2003, p. 13).

O universo das crianças negras estava permeado pelo trabalho, uma vez que as máquinas eram presenças constantes. Embora o autor demonstre fascínio pelo mecanismo de funcionamento do engenho, não entendia porque as crianças negras se preocupavam mais com as máquinas. Elas eram partes do universo de tais crianças. De certo modo, (REGO, 2003) deixa a entender que as pessoas negras foram submissas e aceitaram com resignação tudo que lhe fora imposto. Visto que mesmo brincando as crianças negras não se desligavam das máquinas, ou seja, alguma atividade elas teriam que cumprir na hora em que as máquinas parassem. Será que as crianças negras não desobedeciam às ordens que lhes eram impostas? A história das pessoas negras no Brasil tem revelado que mesmo na época da escravidão, homens negros e mulheres negras não foram submissos, muito menos da forma como (REGO, 2003) nos mostra. As pessoas negras sabiam muito bem como fazer para viver em tais condições, é evidente que toda aquela gente que vivia no engenho precisava dessa instituição para a sua sobrevivência. Mas isso não significava submissão total. Alguém deve ter quebrado a ordem instituída pelo coronel José Paulino.

No entanto, esse autor se reporta as personagens negras como se eles tivessem sido totalmente submissos e tal submissão decorrente da condição de flagelos a que foram relegados após a abolição da escravidão. Pois passaram a vagar de engenho a engenho em busca de sobrevivência. O trecho abaixo evidencia essa condição:

O engenho e a casa de farinha repletos de flagelados. Era a população das margens do rio, arrasada, morta de fome, se não fossem o bacalhau e a farinha seca da fazenda. [...] gente esfarrapada, com meninos amarelos e chorões, com mulheres de peitos murchos e homens que ninguém dava nada por eles – mas uma gente com quem se podia contar na certa para o trabalho mais duro e a dedicação mais canina (REGO, 2003, p. 28).

Para as pessoas negras abolidas do cativo, mas arrasadas pelas intempéries das chuvas e das cheias do Rio Paraíba, só lhes restavam o trabalho. Esse lhe era imposto como condição a pagar o pedaço de bacalhau e a cuia de farinha que recebera do velho senhor de engenho. Ao longo da trama (REGO, 2003) coloca a diferente condição em que viviam as pessoas brancas e as negras; os brancos, grupo do qual o narrador é parte gozava de direito e dispunha da terra como bem, o que lhe rendia prestígio social e político. Enquanto as pessoas negras que trabalhavam no engenho eram consideradas e tratadas como simples animais, ou seja, estavam para servir aos brancos que os acolheram após a abolição da escravidão. Essa situação também está evidenciada no momento em que (REGO, 2003) narra a ida de Carlinhos à escola. Sempre que o professor lhe perguntava algo e esse não respondia, havia um “negrinho” que era castigado em seu lugar, ou seja, que pagava pelo erro do outro. Era o “negrinho” que levava a palmatória e nunca o neto do coronel, do senhor de engenho. Apesar de as pessoas negras serem livres, a sociedade não as via como cidadãos e se sentia no direito de maltratá-las ou explorá-las a seu dispor.

Embora a narrativa produzida por (REGO, 2003) se desenrole no contexto brasileiro do pós 1888, ainda havia o regime de servidão no engenho. Esse autor mostra que para as pessoas negras não havia saída, ou seja, outra opção. Era preferível viver no engenho em meio aos castigos, a viver fora dele, e na miséria. Por isso, todas as pessoas negras que permaneceram no engenho após a abolição, deveriam trabalhar. De certo modo, o trabalho não assalariado era a forma como essas pessoas pagavam ao coronel o foro pelo usufruto da terra. Todos (as) trabalhavam certos dias da semana para pagar pela terra onde morava e ainda tinha que entregar ao coronel maior parte dos bens produzidos. Em meio a essa realidade, não é de se estranhar que o engenho onde o menino Carlinhos foi morar é narrado (REGO, 2003) como se fosse um local de resistência; uma resistência que nem sempre significou enfrentar diretamente o opressor. Tratava-se da resistência cultural, principalmente a religiosa. Ao longo da narrativa, ela é quase imperceptível, mas está presente. Um exemplo disso é a presença do oratório. Esse acessório religioso composto por imagens de santos (as) cultuados (as) pelas pessoas brancas da casa grande possuía outra conotação para as pessoas negras, ou seja, elas o sincretizava. Pois no imaginário das pessoas negras, no oratório existia uma escrava que virara santa, ou se tratava de uma santa, que outrora fora escrava. De certa forma, no imaginário de tais pessoas, os (as) santos (as) eram orixás, e não santos (as) católicos (as) propriamente ditos. Discussões a parte, o narrador ao se reportar a religiosidade de sua família, afirma que: “os moleques então os mostravam uma santa mulata com uma criança no braço, uma que tinha no rosto a marca de ferro em brasa” (REGO, 2003, p.37).

Não só o sincretismo se consagrou como prática de resistência, mas ocorreram outras modalidades, mesmo porque logo após a abolição da escravidão das pessoas negras, não só ficou entre tais pessoas a idéia de liberdade, como o desejo de viver com dignidade. No entanto, é pertinente afirmar, que mesmo a liberdade sem acesso à sociedade não lhe foi concedida de mãos beijadas, essa foi conquistada as duras penas. Todavia, ser livre não significou ser cidadão, haja vista, as pessoas negras terem sido excluídas da sociedade e colocadas à margem dos bens e riquezas por elas produzidas ao longo de três séculos de trabalho escravizado. A situação de escravizado a que as pessoas negras foram submetidas, não significou que fossem submissas. Acerca dessa questão, (REGO, 2003) faz referência aos castigos corporais usados contra as pessoas negras no tempo da escravidão. Esse foi o mecanismo usado pelos senhores para fazê-las trabalhar, ou seja, forçá-las a executar as atividades que não queriam. As referências aos castigos é uma evidência de que as pessoas negras nunca aceitaram a condição de

escravizadas que lhes fora imposta. Ou seja, resistiram. Se não tivessem resistido, e se mantido submissas obedientes aos (as) senhores (as), qual a justificativa para os castigos? Nessa perspectiva os castigos contra as pessoas negras nos dizem sobre as suas práticas de resistências.

Na trama tecida, (REGO, 2003) ainda mostra que mesmo após a abolição da escravidão as pessoas negras ainda podiam ser castigadas pelos brancos. Uma evidência de que a resistência continuou, haja vista, a sociedade ter incorporado a escravidão como ideologia. Logo, ser negro (a) era ser inferior e representava está a serviço do branco. Na trama tecida, traz o caso do negro Chico Pereira, acusado de um crime que não cometeu, ou seja, pagou pelo crime de um branco só porque era negro. Na sociedade pós-abolição a palavra de um branco era concebida como verdade, enquanto que a palavra de uma pessoa negra não tinha valor, ninguém dava credibilidade. Por isso, mesmo que tenha dito a verdade, Chico Pereira foi responsabilizado pelo crime. Afinal quem o acusou foi um branco. Ao réu não foi dada à oportunidade de defesa, visto que sua palavra não tinha crédito e poder. Prevaleceu à mentira de um branco, a verdade dita por um negro. Desta feita, Chico Pereira fora castigado, conforme enunciado no trecho abaixo:

O cabra, deitado de costas, com os pés presos no tronco, me impressionou com aquela sua fala de revoltado. Chico Pereira era cambiteiro, moleque chibante da bagaceira, cheio de ditos e nomes de obscenos. Todo mundo acreditava que tivesse sido ele mesmo o autor do malfeito na mulata Maria Pia. A mãe da ofendida viera dar queixas ao meu avô, botando a coisa pra cima de Chico Pereira. E no tronco ele ficaria até resolver a casar com a sua vitima (REGO, 2003, p.39).

Para o tronco iam todos os escravizados que resistissem à escravidão. No entanto, mesmo após esse sistema ter sido abolido, os castigos contra as pessoas negras continuaram, conforme nos mostrou o narrador no trecho acima. Dessa forma, mesmo Chico Pereira não tendo sido o culpado pelo crime contra a mulata Maria Pia, o que a mãe da vitima sabia, mas os moradores do engenho não acreditavam e o negro fora culpado. Essa situação é reveladora da condição das pessoas negras na sociedade, elas não eram consideradas só inferiores às pessoas brancas. Para a sociedade a sua palavra não tinha valor. Essa condição está evidenciada na obra, quando o narrador revelou a verdade sobre o crime contra a menina negra. O autor do defloramento da menina negra não fora o negro Chico Pereira, mas o tio Juca. Todavia, mesmo a verdade tendo sido revelada, o caso foi encerrado. Uma evidência não só da condição das pessoas negras, mas da forma diferenciada de como a sociedade lhes tratava e aplicava a justiça. Submetido ao castigo o negro Chico Pereira resistiu, ou seja, não assumiu o ato de um branco, como faziam os “negrinhos” na escola quando o menino Carlinhos não acertava as perguntas feitas pelo professor. Nesse caso é interessante a outra função que os brancos atribuíram ao castigo, a de fazer as pessoas negras assumirem crimes que não cometeram, ou seja, a confissão pela coerção.

Todavia, as marcas de resistências das pessoas negras estavam pelos quatro cantos do engenho. A resistência cultural, talvez tenha sido mais marcante, o que fez com que as práticas da cultura afro-brasileira tenham atravessado o tempo e chegado à contemporaneidade. Nesse ínterim são pertinentes as velhas negras contadoras de histórias, as pretas velhas. Mulheres idosas, que sabiam contar histórias como ninguém, histórias das gentes negras, mais também do cotidiano dos senhores de engenho. Uma sapiência e prática que se assemelha aos griots africanos, ou seja, os contadores de histórias. As velhas contadoras de histórias, assim como “Os griots resguardaram vastos

repertório de contos, eram conhecidos os contadores de história particular no cenário cultural da África Ocidental” (CERRANO & WALDMAN, 2007, pp. 95-96). As velhas contadoras de histórias, a exemplo da Velha Totonha buscavam mostrar a realidade vivida pelas pessoas que moravam no engenho e nas redondezas. Elas saíam de engenho em engenho e povoavam o universo das crianças com histórias, marcadas por aventuras e heróis que elas criavam a partir do universo vivido. Tratava-se, portanto, de uma forma de resistência mantida pelas mulheres idosas; estas através das histórias contadas mantinham a memória dos tempos da escravidão. Na trama tecida, em “Menino de engenho” (REGO, 2003) ao falar da antiga senzala, ele evidencia as mulheres que sobreviveram à escravidão e abandonaram o engenho e as que permaneceram trabalhando em troca de comida e de uma veste por ano. Não eram escravizadas, mas servas, mulheres, cujas filhas e netas lhes sucederam na servidão, conforme enunciou esse autor no trecho abaixo:

E elas a trabalharem de graça, com a mesma alegria da escravidão. As duas filhas e netas iam-lhes sucedendo na servidão, com o mesmo amor à casa-grande e a mesma passividade de bons animais domésticos (REGO, 2003, p.49).

O papel das velhas mulheres negras e as histórias que elas contavam, evidencia que não eram tão passivas, tudo fora uma tática, uma forma de se inserir no espaço, e, sobretudo, uma forma de sobreviver, ou seja, estavam ali porque necessitavam, no entanto, não significava que fossem totalmente submissas. Outro personagem recorrente na obra e que evidencia a resistência das pessoas negras são os moleques do engenho, com quem o menino Carlinhos convivera e aprendera muita coisa da vida e ao mesmo tempo nada. Pois assim se reportou nosso narrador ao se reportar aos moleques:

O interessante era que nós, os da casa-grande, andávamos atrás dos moleques. Eles nos dirigiam, mandavam mesmo em todas as nossas brincadeiras, porque sabiam nadar como peixes, andavam a cavalo de todo jeito, matavam os pássaros de bodoque, tomavam banho a todas as horas e não pediam ordem para sair onde quisessem. Tudo eles sabiam fazer melhor do que agente; soltar papagaio, brincar de pião, jogar castanha. Só não sabiam ler. [...] Por eles comecei a entender o que os homens faziam com as mulheres, por onde nasciam os meninos. Eram uns ótimos repetidores de história natural (REGO, 2003, p.50).

Através desse trecho (REGO, 2003) hierarquizam os sujeitos sociais, ou seja, define as posições dos negros em relação aos brancos. As pessoas negras estão sempre sendo colocadas em condições subalternas e inferiorizadas. Elas ainda são colocadas como aptas ao sexo. A ideia recorrente é a de que as mulheres negras são mais quentes, sua lascividade e a silhueta dos seus corpos seduz o homem branco. Mas não só de sexo viviam as mulheres negras. Nosso narrador se reporta a Maria Gorda uma das mulheres relevantes na resistência cultural das pessoas negras. Segundo consta nas suas memórias ela não falava o português direito, no entanto, praticava o culto aos deuses trazidos da África. Mantinha o culto às escondidas, em seu quarto, sozinho, ou seja, resistira à escravidão com muita força e fazia do seu quarto, seu espaço de resistência, visto que não permitia que ninguém entrasse. Outro momento da obra em que (REGO, 2003) hierarquiza as culturas está evidenciado no momento em que se reporta a comida dos

trabalhadores negros e chamam-na de “ração”. Numa alusão a animais, conforme está enunciado no trecho abaixo:

No quatro da negra Maria Gorda não se podia entrar. Nunca conseguíamos nos aproximar desta velha africana. Ela não sabia falar, articulava uma meia-língua, e na hora do almoço e do jantar saía da loca pendida em cima de uma vara para buscar a ração. Gritava com os moleques e as negras, com aqueles beijos caídos e os peitos moles dependurados. Era de Moçambique, e com mais de oitenta anos no Brasil, falava uma mistura da língua dela com não sei o quê. (REGO, 2003, p.51).

Além de Maria Gorda, outras africanas moravam no engenho e se destacaram como símbolos de resistência. Na cozinha quem mandava era a velha Generosa, ali ninguém mexia além dela, até mesmo o senhor de engenho não se metia em seu local de serviço, pois corria o risco de tomar um carão. No momento em que narra as ações da velha Generosa e sua relação com os integrantes da casa grande, nosso narrador se reporta ao poder que as mulheres negras detinham, sobretudo, as que estavam na cozinha. Pois elas sabiam o segredo das ervas com que temperava as comidas e isso lhes conferia certa autoridade e respeito frente os que moravam na casa grande. Prova disso é que o coronel não as enfrentava. Embora as pessoas negras de que tratam (REGO, 2003) fosse livre, a senzala não tinha se separado do engenho, visto que nesse recinto do tempo da escravidão ainda se produzia os cabras bons do eito e as boas amas do leite. Nosso narrador se reporta a senzala, como se a escravidão não tivesse acabado para as pessoas negras. Sutilmente deixa transparecer a idéia de inconformismo com o poder do senhor de engenho, no entanto, não abre mão da autoridade e da imagem do herói que cultivara do senhor de engenho, recorrente e reconfigurada na pessoa do seu avô. O menino Carlinhos não queria ser como o seu avô José Paulino tido como um homem bom, mas não tinha armas, mas afinal, o que era um homem bom? Certamente era aquele que detinha um grande poder, não importava o que fizesse, ele era senhor e comandava tudo e todos que estivesse a sua volta. Mas o pequeno Carlinhos não queria um homem assim para ser senhor de engenho, e revelou:

Eu queria um senhor de engenho que protegesse assassinos, que tivesse guarda-costas, gentes no rifle. Ouvia falar no Dr. Quincas do Engenho Novo, num seu Né do Cipó Branco que, com cabras armados, arrombara a cadeia para tirar um protegido das grades. Estes sim, que eram senhores de engenho de verdade. [...] Ele era temido mais pela sua bondade. Não havia coragem que levantasse a voz para aquela mansa autoridade de chefe. Não tinha adversários na sua comarca. Os seus inimigos eram mais de sua família do que dele. Herdara-os com o Santa Rosa. O meu grande senhor de engenho teria outro tipo. O irmão que morrera brigando, o capitão Quincas Vieira, esse sim, eu quisera que vivesse para o gozo da minha verdade. (REGO, 2003, pp. 62 - 63).

Nesse instante (REGO, 2003) revela o seu imaginário acerca de um senhor de engenho, um homem forte, um grande político, que obrigava as pessoas a votar nos candidatos que ele indicasse, e assim conseguia alguns privilégios. Eram esses os senhores de engenho de verdade, aqueles que se impunham pela força e até brigavam entre eles. No imaginário do narrador, as crianças filhas dos moradores das dependências do engenho eram os pequenos servos de engenho, pois quando

crecessem iriam trabalhar “de sol a sol, no eito”. (REGO, 2003, p. 65). Esses trabalhadores eram os homens fortes que não recusavam trabalho, e trabalhavam no pesado, até 12 horas diárias. Essas pessoas não eram poucas, no engenho, existiam mais de quatro mil delas e todas eram protegidas do coronel, como assim diziam. De certo modo essas pessoas legitimavam o poder do coronel e em meio à autoridade deste forjaram algumas práticas de resistência. Talvez elas não tenham sido capazes de estabelecer outras relações, mas provocaram algum incômodo. Do contrário não precisavam ser vigiadas na hora do trabalho.

Na relação entre o senhor e o trabalhador, as pessoas negras estão sempre colocadas como aquelas que nasceram para os trabalhos forçados, e menos qualificados. Logo, não são reconhecidas como detentoras de valor intelectual e moral, entre outros. De fato algumas resistiram aos trabalhos pesados e acabaram com suas astúcias driblando o que lhe fora imposto.

Outro momento da obra em que o narrador traz outra forma de hierarquia das culturas na relação entre as pessoas negras e brancas no interior do engenho está evidenciado no trecho a seguir: “achava muito natural que vivesse dormindo em chiqueiros, comendo um nada, trabalhando como burros de carga” (REGO, 2003, p.76). Nesse trecho às pessoas negras são tratadas como animais, sujeitas as formas de tratamentos desumanos. Apesar desse aspecto, (REGO, 2003) ao se reportar as histórias do tempo da escravidão e como os escravizados eram tratados, traz evidencia de que os escravizados não aceitaram a condição a que foram submetidos e, por tanto, resistiram. Ao se reportar a resistência recupera a trajetória de uma escravizada que colocou erva venenosa no caldeirão de comida, o que fez com que quase todos morressem com fortes dores de barriga. Isso foi possível porque os escravizados trouxeram da África o conhecimento que tinham sobre as ervas e os utilizaram a seu serviço.

Por isso, o coronel José Paulino, apesar do seu poder não se metia com as cozinheiras, pois elas tinham um grande saber, e ele sabia que elas podiam usar contra si e toda sua família. No imaginário do nosso interlocutor, a liberdade a que as pessoas negras viviam era passível de discussão. Pois se reportando a uma fala do seu avô com relação às pessoas negras no período pós-abolição da escravidão demonstra que ser livre não significou muita coisa. Pois assim se reportou seu avô: não me saiu do engenho um negro só. Para esta gente pobre a abolição não serviu de nada. Vivem hoje comendo farinha seca e trabalhando a dia (REGO, 2003, p.78). Este trecho mostra que os brancos não viam as pessoas negras como iguais, mas como simples serviçal aquele que só prestava para trabalhar, ou para o sexo. No decorrer da narrativa, não é difícil perceber como o nosso narrador se coloca como diferente do negro, que passa a ser visto como o outro. Pois sempre o negro é colocado como uma pessoa predisposta a servir o branco. Na narrativa, não há perspectiva de vida para as pessoas negras, sua vida é só servir ao branco e mais nada. Um momento representativo dessa relação é quando o narrador retrata a ida do menino branco ao colégio. O menino Carlinhos, vai ao colégio aprender a ler e escrever enquanto o menino negro fica responsável pelo trabalho, ou seja, a vida do menino branco estava relacionada aos estudos, de modo que se tornasse doutor. Em contrapartida, a vida do menino negro estava associada ao fracasso social, uma vez que o trabalho só lhe tornaria mais um trabalhador do eito. As pessoas negras não eram permitidas o direito de ler e escrever. Logo, eram inferiorizadas em relação aos brancos. Como não se levava em consideração os saberes tradicionais trazidos da África, as práticas culturais das pessoas negras só tinham um fim, qual seja, legitimar a sua inferioridade.

REFERÊNCIAS

CHARTIER, Roger. Literatura e História. In: *Revista Topoi*. Rio de Janeiro, nº 1, pp. 197-216, 1999.

MUNANGA, Kabengele. *Negritude: Uso e sentidos*. Rio de Janeiro: Autentica 2009.

REGO, José Lins do. *Menino de Engenho*. Rio de Janeiro: Olympio, 2003.

SERRANO, Carlos e WALDMAN, Mauricio. *Memória D'África: a temática africana em sala de aula*. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Antonio de Pádua. Dias da (org.) *Literatura e Estudos Culturais*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2009.